

Artigo de Revisão

Formação acadêmica e intervenção profissional nos Esportes: repensando a Educação Física

Wanderley Marchi Júnior^{1 2}
Ana Letícia Padeski Ferreira²

¹ Departamento de Educação Física - Centro de Pesquisas em Esporte, Lazer e Sociedade da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

² Departamento de Ciências Sociais - Centro de Pesquisas em Esporte, Lazer e Sociedade da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Resumo: Como pressuposto inicial, temos que o Esporte é tratado nos cursos de Educação Física no Brasil, para efeitos didáticos, sob uma visão fragmentada. Consultamos grades curriculares de duas renomadas instituições de ensino superior do Estado do Paraná/Brasil e pudemos perceber que as abordagens seguem e/ou confirmam esta tendência. A partir de uma consulta bibliográfica, elencamos abordagens de sociólogos que estudaram o Esporte em determinados momentos de suas carreiras acadêmicas, com as quais pretendemos estabelecer um diálogo e uma visão mais abrangente e menos fragmentada deste fenômeno. Como tese central apresentamos que não é pertinente pensarmos em aspectos formativos com base numa interpretação stricta do Esporte, mas sim aproximar diversas abordagens a fim de compreender o fenômeno esportivo e suas possibilidades de intervenção profissional..

Palavras-chave: Formação. Esporte. Sociologia do esporte. Intervenção profissional.

Academic formation and professional intervention in Sports: rethinking the Brazilian Physical Education

Abstract: As an initial conjecture, we noticed that Sport is treated in the Physical Education graduation in Brazil, as a didactic resource, under a fragmented vision. We searched the curriculum of two important universities from the state of Paraná/Brazil and we were able to notice that the approaches follow and/or confirm this tendency. Starting from a bibliographical review, we chose approaches from sociologists that have studied the sport in specific moments of their academic careers. With these theories we intend to establish a dialogue and a wider and less fragmented vision of Sport. As a central hypothesis we presented that is not coherent to think in formative aspects based on a narrow interpretation, but is valid to approximate different views to comprehend the Sport phenomenon and their possibilities of professional intervention.

Key Words: Formation. Sport. Sport sociology. Professional intervention.

Introdução

Quando pensamos em formação acadêmica nos cursos de Educação Física no Brasil, temos como pressuposição que o Esporte é tratado sob uma visão fragmentada. Consultamos as grades curriculares de duas renomadas instituições de ensino superior do Estado do Paraná/Brasil e pudemos perceber as seguintes abordagens: a) uma voltada para o desenvolvimento da técnica de modalidades específicas como futebol, handebol, voleibol, basquetebol, ginástica e lutas, entre outras; b) outra voltada para o treinamento, nutrição e psicologia esportiva; e c) uma última que engloba o caráter sócio-cultural do fenômeno. Destarte, não são relacionados todos estes campos de estudo do Esporte, além de não serem apresentados tantos outros. O que pretendemos com este ensaio é realizar a

identificação e aproximação de abordagens sociológicas acerca do tema, não para criar uma definição única deste fenômeno, mas para explicitar como as diversas áreas de estudo podem contribuir para uma visão menos fragmentada do Esporte na formação acadêmica de seus profissionais.

Uma visão civilizacional do Esporte

A primeira visão acerca do esporte que iremos apresentar é a de Norbert Elias e Eric Dunning, sob a perspectiva do Processo Civilizador. Sobre a gênese do esporte os autores afirmam que freqüentemente este tem sua origem remetida aos Jogos da Antiguidade Clássica. No entanto, o fenômeno moderno se distingue de diversas formas dos jogos clássicos e progrediram em contextos bastante diversos. Deste modo:

O *ethos* dos concorrentes, as regras das provas e os próprios desempenhos diferem nitidamente, em muitos aspectos, do que são característicos do desporto moderno. Muitos dos escritos relevantes de hoje apresentam uma forte tendência para minimizar as diferenças e aumentar as similaridades. O resultado disso é um quadro distorcido de nós próprios, bem como da sociedade grega, e um quadro falseado das relações entre duas realidades (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 195).

Se os jogos antigos não deram origem ao esporte moderno, onde podemos detectar seu início? Elias e Dunning (1992, p. 187) afirmam que muitas das modalidades praticadas hoje, de forma similar em todo o mundo, tiveram origem na Inglaterra. Várias destas como corridas de cavalos, boxe, tênis, dentre outras, foram disseminadas na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. Esses passatempos tinham caráter aristocrático, ou seja, era reservado às elites sociais que os utilizavam como meio de distinção. Progressivamente as classes trabalhadoras tiveram acesso a esse tipo de atividade, o que fez com que ela perdesse seu caráter distintivo. Os autores explicitam que:

De facto, o tipo aristocrático ou de *society* dos passatempos que dominavam, com o sentido do termo *sport*, em Inglaterra, na primeira metade do século XIX, propagou-se a outros países, tendo sido adoptado pelas correspondentes *elites* sociais antes de os tipos mais populares, como o futebol, se desenvolverem com as características de um *sport*, antes mesmo de serem compreendidos como tal na própria Inglaterra e de se propagarem, sob essa forma, a outros países como um passatempo de grupos de classe média e dos trabalhadores (*ibid.*, p. 189).

A transformação dos jogos ingleses, que possuíam formas diversas de se praticar, em uma forma mais uniformizada, culminou aproximadamente em 1863 (*ibid.*, p. 189). Este movimento foi acompanhado pelos demais países nos anos seguintes, fato confirmado pelo levantamento realizado pelos autores acerca da fundação de clubes esportivos, especificamente de futebol, e pela incorporação lingüística do termo que designa tal esporte (*ibid.*, p. 190).

Todavia, esta apropriação das práticas inglesas não foi de todo tranqüila. Em alguns países, como por exemplo a Alemanha, o Esporte era estranho, fora do contexto de tal sociedade, o que é explicitado pela falta de um termo para designar tais práticas e a adoção do termo em inglês para se referir a elas (*ibid.*, p. 188).

O Esporte era, neste contexto, um passatempo aristocrático tanto na Inglaterra quanto nos demais países que o incorporou. Este movimento ocorreu antes que práticas populares, como o futebol, desenvolvessem características de um Esporte e conseqüentemente se propagassem sob a forma de passatempos da classe média e trabalhadora (*ibid.*, p. 189).

Esta disseminação para vários países explicita que o Esporte correspondia às necessidades específicas de lazer que estas sociedades apresentavam (*ibid.*, p.191). Mas se estas necessidades estavam presentes nos demais países europeus, por que o Esporte surgiu em primeiro lugar na Inglaterra? E por que este modelo de confronto físico não violento, carregado de distinção e novidade, apareceu entre os aristocratas desta sociedade?

Durante o século XIX, a Inglaterra era considerada como um modelo que disseminava novas formas de produção e trabalho – a industrialização – que afetavam as demais instâncias da vida do indivíduo, como por exemplo seu tempo livre, que foi povoado por aquele passatempo com uma regulamentação mais rígida: o Esporte. Tais regras, voltadas para uma maior igualdade de oportunidades entre os participantes passaram a ser mais rigorosas, explícitas e diferenciadas. A vigilância para o cumprimento destas regras tornou-se mais eficiente, o que tornava o ato de burlar o regulamento mais difícil e menos freqüente. Percebemos que a autodisciplina atingiu, neste ponto, um grau superior a qualquer outra forma prévia de autocontrole. O regulamento também permitiu um maior controle dos danos físicos durante a prática, sem deixá-la menos interessante.

No entanto, não podemos atrelar todas as mudanças ocorridas no século XIX à Revolução Industrial. Com certeza este fato teve um grande impacto na sociedade e mudou a configuração que estava estabelecida. Este movimento, que compreende modificações no modo de trabalho e de utilizar o tempo livre, pode ser sintomático de uma mudança mais profunda na sociedade, que exigiu de seus membros uma maior regularidade e diferenciação de comportamentos. Afinal, a cadeia de interdependências estava aumentando, o que se refletiu claramente na forma de trabalho, e para manter esta rede de relações, os indivíduos tiveram que modelar seus comportamentos. Esta necessidade de

regulamentação se refletiu tanto nos passatempos como em tantas outras esferas da sociedade.

Para Elias as regras são passíveis de modificação por parte dos indivíduos. Ao investigar sobre o processo de desenvolvimento de normas e regras podemos perceber a interdependência dos conceitos ordem, desordem, função e disfunção, pois são estabelecidas pelos seres humanos para resolver formas específicas de mau funcionamento, sendo passíveis de alterações por parte de indivíduos e grupos (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 226-9). Deste modo podemos pensar que a configuração que se apresentava naquela época foi propícia para que o Esporte surgisse como uma forma de passatempo diferenciada.

Portanto, analisar com os “olhos” da sociedade atual uma prática de uma outra sociedade, com diferenças notáveis, leva os estudiosos a aproximar naturalmente o que não possui proximidade. Em busca de legitimação, os Esportes modernos são associados aos ideais clássicos de uma forma artificial, refutando qualquer fato que revele o contrário como uma exceção (*ibid.*, p. 195).

Um dos exemplos colocados por [Elias e Dunning](#) (1992, p. 195) para ressaltar esta diferença é o nível de violência presente nos Jogos da Antiguidade e nos jogos dos séculos XIX e XX. Nos primeiros, admitia-se um alto grau de violência, bem mais elevado do que o permitido pelo regulamento dos segundos. As regras dos primeiros não eram escritas, muito detalhadas, nem mesmo sujeitas a um criticismo racional e revisões, o que deixava brechas para o surgimento de atos violentos. Isto é uma das características de uma sociedade em um determinado patamar de desenvolvimento do Estado e do monopólio de violência por parte deste, comparativamente rudimentar aos Estados contemporâneos. Com base na teoria do Processo Civilizador podemos perceber que desde a sociedade antiga até a sociedade contemporânea houve uma crescente regulação da violência, retirando este poder das mãos de cada indivíduo, recobrando de vergonha e repugnância tais atos e passando o monopólio da violência ao Estado. Movimento parecido se deu no Esporte que passou de uma atividade com um alto grau de violência e poucas regras para uma atividade onde esta é repudiada e existe um regulamento imbricado, além do controle externo

da arbitragem. [Elias e Dunning](#) (1992, p. 196) destacam:

[...] espera-se que a formação do Estado e a formação da consciência, o nível de violência física socialmente permitido e o limiar de repugnância contra o seu uso ou respectivo testemunho assumam formas específicas em diferentes estádios no desenvolvimento das sociedades. É surpreendente descobrir como o exemplo da Grécia Clássica confirma de maneira tão completa estas expectativas teóricas.

No entanto não é válido colocar que estas sociedades eram bárbaras e não civilizadas. Esta quase automática resposta emocional de repúdio à ações violentas leva os indivíduos a julgar sociedades com diversos padrões de controle da violência como se os membros desta sociedade pudessem optar por um padrão próprio, quase que individualizado e, por não tê-lo feito, agiram de maneira errada (*ibid.*, p. 199).

Esta mutação dos jogos populares ingleses, que tinham características diversas entre si, para um esporte teve como marca a maior regulamentação e uniformidade, movimento que culmina com a codificação do jogo. Assim, o termo Esporte passou por uma padronização, referindo-se a formas específicas de recreação, onde o esforço físico desempenhava papel central (*ibid.*, p. 189-223).

Este processo, denominado por [Elias e Dunning](#) (1992, p. 224) de desportivização, teve algumas ligações bastante importantes com a conjuntura social da época. O estabelecimento de regras mais rígidas, que priorizavam a igualdade, justiça e êxito para todos os participantes, além da maior vigilância assegurando o cumprimento das regras, são colocadas como exemplos destas ligações. Este movimento possibilitou que as formas de passatempos denominadas esportes atingissem um grau de auto-disciplina jamais visto até então. Também foi possível atingir um certo patamar de equilíbrio nas disputas, aumentando a tensão na mesma sem, no entanto, aumentar os riscos de ferimentos. Os autores afirmam que: “a ‘desportivização’, em resumo, possui o caráter de um impulso civilizador comparável, na sua orientação global, à ‘curialização’ dos guerreiros, onde as minuciosas regras de etiqueta representam um papel significativo [...]” (*ibid.*, p. 224).

O Esporte pode ser definido como uma atividade que integra um elemento de competição, confrontos que envolvem a força física. A fim de reduzir os danos físicos e manter

a integridade dos participantes, existem regras que obrigam os indivíduos a adotarem um tipo de conduta, o que explicita a dinâmica da sociedade na qual esta atividade se insere (*ibid.*, p. 39-40).

No entanto este modelo de controle da conduta não foi sempre o mesmo. Tal mudança não foi planejada por um sujeito ou até mesmo um grupo, através de medidas racionais e deliberadas a longo prazo. Este movimento ocorreu, de maneira geral, sem planejamento algum, porém não vale dizer que foi desordenado. Um exemplo disto é o controle exercido por terceiros ser convertido em autocontrole, permitindo que as atividades mais animais sejam progressivamente excluídas do cotidiano e associadas a sentimentos de vergonha. Esta regulação da vida instintiva e afetiva se torna cada vez mais estável, uniforme e geral. Elias (1992, p. 194) afirma que não há indícios históricos que esta transformação fosse resultado de um plano a longo prazo de um grupo de pessoas e que perdurou durante séculos.

Todavia, se não existe planejamento, nem um sujeito por detrás desta mudança no comportamento humano, como foi possível que ela se concretizasse? Elias (1992, p. 194) explica tal processo baseado no aumento da rede de interdependências, que são permeadas por ações, planos, impulsos racionais e emocionais. Assim,

Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa a ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz o processo civilizador.

Portanto podemos pensar que uma maior rede de interdependências obrigou o ser humano a dominar e controlar suas emoções, para que a convivência nesta rede fosse possível.

Esta ordem social a que Elias (1992, p. 194) se refere não é racional, já que nenhum sujeito intencionalmente a deliberou, nem irracional, já que não surgiu de maneira incompreensível. Entretanto, os pares de opostos racional e irracional não se aplicam neste caso, pois as regularidades pertencentes às configurações sociais não são idênticas às regularidades da mente, tratando-se de uma pessoa individual, como também não se aproximam das

regularidades da natureza, mesmo que estas dimensões estejam interligadas. Isto demonstra uma certa autonomia das configurações sociais.

Elias e Dunning (1992, p. 41-2) afirmam que este processo também afetou o Esporte, gerando uma modificação global do código de conduta e da sensibilidade envolvidos na atividade. Ao comparar jogos populares com bola praticados no final da Idade Média com o futebol e o rúgbi, os autores explicitam que o grau de sensibilidade em relação à violência aumentou, não sendo mais tolerada como outrora. Esta diminuição da violência foi resultante de um conjunto de regras que a limitava a um determinado grau e a momentos específicos, iniciada na Inglaterra e largamente adotada por outros países.

Sob a perspectiva configuracional, Elias e Dunning (1992, p. 230) conseguem analisar esta modificação das regras em detalhes, retirando seu caráter de algo que paira sobre os indivíduos e descrevendo-as como um regulamento passível de transformações. Assim os autores sugerem que:

O desporto – qualquer que seja – é uma actividade de grupo organizada, centrada num confronto entre, pelo menos, duas partes. Exige um certo tipo de esforço físico. Realiza-se de acordo com regras conhecidas, que definem os limites da violência que são autorizados, incluindo aquelas que definem se a força física pode ser totalmente aplicada. As regras determinam a configuração inicial dos jogadores e dos seus padrões dinâmicos de acordo com o desenrolar da prova. Mas todos os tipos de desportos têm funções específicas para os participantes, para os espectadores ou para os respectivos países em geral. Quando a forma de um desporto fracassa na execução adequada destas funções, as regras podem ser modificadas.

Deste modo, os jogos variam segundo suas regras e estas por sua vez variam de acordo com a configuração na qual estão inseridas. Todavia, no caso do Esporte, esta situação não ocorre, pois estes necessitam de regras bem definidas e mais ou menos uniforme (*ibid.*, p. 230). Em estágios anteriores dos jogos-esporte, pequenos grupos locais alteravam as regras conforme as necessidades dos participantes e público. No entanto, quando a configuração se alarga e as organizações nacionais se tornaram donatárias das leis, esta tendência se reflete nos Esportes e as regras tornam-se menos passíveis de mudança como anteriormente (*ibid.*, p. 234).

Este movimento de maior uniformização e controle dos participantes da atividade não foi planejado por um ou mais indivíduos. Podemos

pensar que este foi um dos efeitos do Processo Civilizador. Portanto o Esporte não foi fruto de uma série de decisões acidentais de certos grupos e nem pode ser concebido como uma gama de mudanças sociais, como sugere a maior parte das teorias sociológicas (*ibid.*, p. 230-1).

Sobre as características dos Esportes, além das regras definidas, [Elias e Dunning](#) (1992, p. 232-3) ressaltam o período de tensão como característica importante. Este não deve ser muito breve nem muito longo, sob a pena de ceifar a tensão agradável do indivíduo, como também o equilíbrio entre as equipes não deve ser muito próximo nem muito díspar. Para alcançar tal equilíbrio, o Esporte necessita de um período de amadurecimento e de ajustes de regras.

A questão de controle das emoções também influencia na busca da tensão agradável. Se os participantes não se controlarem, infringirão as regras em busca da vitória e se houver controle demais, lhes faltará vigor para alcançar a vitória. Assim é necessário encontrar um equilíbrio para que se sigam as regras e ainda seja possível aproveitar o passatempo (*ibid.*, p. 234).

[Elias e Dunning](#) (1992, p. 235) destacam que o desenvolvimento do Esporte em geral pode ser considerado como uma ramificação do desenvolvimento da sociedade, o que corrobora com nosso pensamento de relação interdependente entre estas duas esferas.

Uma visão burocrata-racional do Esporte

A segunda teoria sociológica que iremos abordar é a de Allen [Guttman](#). Em sua obra *From ritual to Record: the nature of modern sports* (1978) o autor elabora uma discussão, por vezes comparativa, sobre o Esporte Moderno e os esportes primitivos, antigos e medievais. Guttman desenvolve um modelo de análise que pretende explicitar as características distintivas deste fenômeno, a saber: secularismo, igualdade, especialização, racionalização, burocratização, quantificação e recordes.

Quando aborda a secularização, Guttman explicita que as culturas primitivas raramente tinham um termo para designar o esporte, no senso que utilizamos hoje. Os jogos tinham caráter cerimonial, diferenciando-se do esporte moderno.

[Pilatti](#) (2002, p. 65) destaca que quando Diem define o esporte como uma competição física sem fins utilitários, a idéia de que os povos primitivos não possuíam o esporte ganha força, já que os jogos tinham um fim utilitário e um caráter

religioso natural para estes povos. No entanto, Guttman refuta esta possibilidade, pois acredita que não se pode alargar tanto as fronteiras da religião, colocando todo comportamento humano na esfera do sagrado.

Um outro equívoco apontado pelo autor é atribuir aos jogos gregos o início do esporte moderno. [Pilatti](#) (2002, p. 66) afirma que:

Para Guttman, a conformação desses esportes está muito mais próxima das atividades dos povos primitivos que das Olimpíadas da era moderna. Nos jogos gregos, o caráter religioso nunca ficou em dúvida. Apesar desse caráter, já era possível localizar entre os gregos a emergência do esporte como um fenômeno secular, que gradualmente vai se tornando ordinário.

Apesar de toda a ritualização presente nos jogos gregos, foi a sociedade romana que deu seguimento e acentuou a secularização do esporte. Este povo não possuía festivais para os “deuses” ou competições, exercitavam-se para manter a forma física e participar em eventos, que possuíam um caráter ritual (*ibid.*, p. 66).

Os esportes romanos consistiam em brigas, corridas de bigas, ou seja, atividades com um “tom bestial” (*ibid.*, p. 66). Em se tratando do caráter secular, os jogos romanos aproximam-se mais dos Esportes modernos pela similaridade entre o “pão e circo” romanos e o esporte espetáculo. Assim, Guttman coloca que o esporte é um fenômeno secular, já que este rompeu com a esfera do sagrado.

Outra característica atribuída por Guttman ao esporte é a igualdade de oportunidades de participação. Para o autor, o esporte dá condições para que essa igualdade de oportunidade ocorra, no entanto, tal condição não era presente nos povos primitivos, pois os participantes eram escolhidos pelos “deuses” (*ibid.*, p. 67).

Nos esportes praticados pelos gregos já era possível perceber uma manifestação mais efetiva de igualdade, pois eram atribuídas a todos os participantes os mesmos direitos. Entretanto, para os romanos a igualdade não era colocada em prática no seu evento máximo: a luta de gladiadores. Homens e animais lutavam entre si, dentre outras formas de disparidade, para o divertimento do público (*ibid.*, p. 67).

Atualmente o esporte possui uma noção de igualdade que supera as manifestações citadas, sendo esta conformada pelas regras e suas transformações. [Pilatti](#) (2002, p. 67), baseado em Guttman, afirma que tais regras se configuraram

como um aparato legal que possibilitava à burguesia e à nobreza, sob a forma do amadorismo, a manutenção do privilégio da prática do esporte.

[Pilatti](#) (2002, p. 68) expõe alguns aspectos sobre as regras não considerados por Guttmann, tais como a influência da civilidade na mudança das mesmas, como colocamos anteriormente na visão de Norbert Elias e Eric Dunning sobre o fenômeno, e como as regras deixaram de ser um facilitador das igualdades, mas sim se moldaram para melhor vender o espetáculo esportivo. Entretanto, o autor não nega a importância das regras para a caracterização do Esporte moderno, juntamente com a burocratização e a racionalização.

A terceira característica mencionada por Guttmann é a especialização. Para tal reporta-se ao século XV, onde os gregos foram os primeiros a adequar as aptidões às práticas esportivas. Nos jogos medievais as regras não eram muito claras e não havia uma seleção por uma habilidade específica, fazendo com que a prática se tornasse um misto de elementos. No Esporte moderno ocorre o contrário, pois estão presentes a especialização e a divisão do trabalho, fenômeno que desembocou no profissionalismo ([PILATTI, 2002](#), p. 70).

A quarta característica que Guttmann apresenta é a racionalização. Para explicar este item, o autor explicita a transformação das regras de divinas para um artefato cultural, que tomaram esta forma baseada na lógica presente na relação entre meios e fins. [Pilatti](#) (2002, p. 71) apresenta algumas argumentações de Guttmann:

Inúmeros são os exemplos utilizados para consolidar tal argumentação. Em contraste, são apresentados os eventos de cultuação do povo maia, orientados por regras de cunho divino, de um lado, e o basquete, esporte inventado racionalmente e dotado de regras gradativamente mais complexas e universais, de outro lado. [...] Distinta forma de racionalidade, também presente nos esportes, é perceptível nas ciências ligadas à *performance* humana. Os gregos, diferentemente de muitos povos que acreditavam que as *performances* atléticas eram fruto dos deuses, foram os primeiros a racionalizar as bases do que hoje denominamos de treinamento esportivo. Atualmente, estudos altamente sofisticados é que fornecem a direção dos esportes ([ibid.](#), p. 71).

Esta direção explicitada pelo autor a muito rompeu com a ética e com o humano, tornando-se o fim único do esporte ([ibid.](#), p. 71).

A quinta característica abordada por Guttmann é a emergência de um aparato burocrático, que

se configura como um distintivo do esporte moderno. A instituição burocrática passou a administrar o desenvolvimento do Esporte e atualmente o adequa à mídia ([ibid.](#), p. 71).

Este processo pode ser percebido através da universalização das regras, elaboração de estratégias de desenvolvimento mundial concebida pelas organizações gestoras, no controle de recordes, produção de espetáculos, dentro de uma visão administrativa que pode levar o esporte a uma modernização ([ibid.](#), p. 72).

Este quadro está ligado à exigência de quantificação e a busca de recordes, as duas últimas características sugeridas por Guttmann. O marco da quantificação no Esporte moderno foi a invenção do cronômetro, colocando esta característica como uma necessidade, que seria proveniente da sociedade, que tem latente a questão da emergência da quantificação ([PILATTI, 2002](#), p. 72). No entanto a busca de recordes, para Guttmann, seria a única característica presente somente nos Esportes modernos e não em suas formas anteriores.

Uma visão estruturalista-relacional do Esporte

A terceira forma de lançar um olhar sociológico sobre o fenômeno esportivo é do autor Pierre Bourdieu. Ao abordar o Esporte, o autor ultrapassa os limites do fenômeno em si, abrangendo, por exemplo, o gosto, os mecanismos de distinção e as demais esferas sociais sempre explicitando o caráter relacional envolvido. Para este ensaio, elencamos três textos do sociólogo francês que versam sobre a temática – “O *habitus* e o espaço dos estilos de vida”, capítulo de *A Distinção: crítica social do julgamento* (2007), “Programa para uma sociologia do Esporte”, capítulo da obra *Coisas Ditas* (1990) e “Como é possível ser esportivo?”, capítulo do livro *Questões de Sociologia* (1983) – a fim de explicitar como o autor trata o objeto nos estudos das Ciências Sociais.

Para iniciar a discussão sobre o Esporte, [Bourdieu](#) (2007, p. 162) explicita as noções de espaço social e *habitus*, conceitos fundamentais para a leitura do fenômeno esportivo. Primeiramente o autor expõe, de forma esquemática, que o espaço social é uma representação abstrata, construída de uma forma específica e que proporciona uma visão panorâmica do mundo social. Neste espaço são situadas as posições dos agentes e suas distâncias, numa multiplicidade de relações que

não podem ser apreendidas em sua totalidade por eles mesmos, devido ao seu envolvimento. Este sujeito pode, dependendo de sua posição, querer transformar ou manter o espaço social onde transcorre seu cotidiano, o que o aproxima de outros, formando uma classe social ou um grupo. O autor complementa:

A divisão de classes operada pela ciência conduz à raiz comum das práticas classificáveis produzidas pelos agentes e dos julgamentos classificatórios emitidos por eles sobre a prática dos outros ou suas próprias práticas: o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas (*ibid.*, p. 162).

O *habitus*, conceito intimamente ligado ao espaço social, pode ser entendido como um princípio gerador de práticas, que define a capacidade de diferenciá-las e apreciá-las, ou seja, baliza o gosto. Portanto, é neste âmago que se constitui o mundo social representado ou o espaço dos estilos de vida. No entanto a relação estabelecida entre caracteres da condição econômica e social, no qual o volume e o tipo de capital influenciam, e seus sinais distintivos associados à esta posição correspondente no espaço dos estilos de vida não é compreensível se não recorrermos ao conceito de *habitus*. Entendido como fórmula geradora, o *habitus* justifica tanto as práticas e produtos passíveis de classificação, quanto os julgamentos classificados acerca destes, que acabam por constituir um sistema de sinais distintivos (*ibid.*, p. 162-3).

Na forma de uma reação em cadeia, as condições de existência de determinados grupos geram *habitus* diversos, que por sua vez influenciam nas práticas. Estas práticas, por sua vez, se apresentam como configurações sistemáticas de propriedades que denotam as diferenças inscritas nas condições de existência do grupo. Tais diferenças tomam a forma de sistemas de distâncias diferenciais que, quando percebidos por um agente dotado dos esquemas de percepção necessários para identificar seus traços relevantes, configuram-se como estilos de vida (*ibid.*, p. 164).

Neste processo o *habitus* pode atuar como uma estrutura estruturante, balizando as práticas e suas percepções, bem como uma estrutura estruturada, já que incorpora o princípio de divisão de classes, que organiza o mundo social. Cada condição é definida por suas propriedades internas e relacionais ligadas à sua posição no

sistema das condições, que não deixa de se configurar como um sistema de diferenças.

Deste modo, Bourdieu (2007, p. 164) afirma que a identidade social coloca-se na diferença, ou seja, podemos definir um grupo social por tudo o que ele não é. Estas diferenças influenciarão as práticas e as percepções das práticas deste grupo e conseqüentemente seu estilo de vida. O Esporte pode ser um destes sinais distintivos, como colocaremos mais adiante.

Fica claro que o *habitus* influencia as práticas e propicia uma uniformidade dentro de um grupo, mesmo que os agentes não sejam conscientes disso. Sobre tal ponto, Bourdieu (2007, p. 164) destaca que:

Enquanto produtos estruturados [...] que a mesma estrutura estruturante [...] produz, mediante *retraduções* impostas pela lógica própria aos diferentes *campos*, todas as práticas e as obras do mesmo agente são, por um lado, objetivamente harmonizadas entre si, fora de qualquer busca intencional da coerência, e, por outro, objetivamente orquestradas, fora de qualquer concertação inconsciente, com as de todos os membros da mesma classe [...].

Assim podemos colocar que existe uma afinidade de estilo dentro de uma classe social que pode ser transposta para o corpo, por exemplo, definindo um certo padrão motor para o grupo ou a forma de apresentar esse corpo (*ibid.*, p. 165). Os indivíduos que escapam a esse padrão não são totalmente aceitos pelo grupo, por não partilharem o mesmo *habitus*.

As propriedades, tanto no sentido de características do grupo, como no sentido de posse de capital, aliadas às práticas, permitem que o grupo manifeste sua distinção apenas porque estão intimamente ligadas ao *habitus*, princípio que unifica e gera tais práticas. Portanto, ao obter uma forma mais ou menos homogênea de práticas e propriedades em um grupo, podemos compará-lo a outros grupos, que possuem a mesma lógica e assim verificar os traços distintivos. O aspecto relacional é de fundamental importância na distinção, já que o estilo de vida tanto simboliza os outros como simboliza com os outros (*ibid.*, p. 165).

Bourdieu (2007, p. 165), contrariando o dito popular, também se propõe a discutir o conceito de gosto, que pode ser concebido como um sistema de esquemas de classificação que está no âmago do ajuste dos traços associados a um agente e recomendada pela antiga estética para o fortalecimento mútuo dentro de determinado grupo. Também é considerado “[...] o operador

prático da transmutação das coisas em sinais distintos e distintivos [...]” (*ibid.*, p. 166), permitindo que as diferenças de ordem física se transformem em diferenças de ordem simbólica, bem como transforma uma prática objetivamente classificada, como o Esporte, em uma prática classificadora, ou em outras palavras, uma expressão simbólica da posição de classe. Portanto, podemos pensar o gosto como um produto da incorporação da estrutura do espaço social através da experiência em determinada posição deste espaço. O estilo de vida é um elemento que afeta o gosto, pois este acaba por contemplar as exigências da necessidade, sendo elas básicas – gosto de necessidade – ou com caráter distintivo – gosto de luxo.

Para tecer comentários sobre os diversos espaços sociais, Bourdieu (2007, p. 167) os coloca em um exercício reflexivo, percebendo como um afeta o outro, propondo assim que exista a homologia destes espaços. Nas palavras do autor:

Tendo em mente tudo o que precede e, em particular, o fato de que os esquemas geradores do *habitus* aplicam-se, por simples transferência, aos mais diferentes domínios da prática, compreende-se imediatamente que as práticas ou os bens que estão associados às diferentes classes nos diferentes domínios da prática organizam-se segundo estruturas de oposição que são perfeitamente homólogas entre si por serem todas homólogas do espaço das oposições objetivas entre as condições.

São utilizados como exemplos o consumo cultural distinto e o vulgar. O primeiro tipo de consumo é designado como distinto por sua raridade, pelo volume de capital cultural e econômico que usualmente as classes mais bem providas possuem, em oposição ao consumo vulgar, considerado fácil, comum e o mais desprovido destes tipos de capital. Todavia não existem somente estes dois pólos. As posições intermediárias são povoadas pelas práticas pretensiosas, devido à discordância da sua ambição e sua efetiva realização (*ibid.*, p. 167). No Esporte, este consumo distinto e vulgar está presente, por exemplo, no ato de assistir a um jogo de futebol. Apesar de ser frequentemente associado a um esporte popular, o futebol também é apreciado pelas classes altas, obviamente com significações e modos de apreensão diversos. O consumo vulgar seria para aqueles que assistem o jogo da arquibancada, onde os ingressos são mais baratos e o contato corporal é constante e algumas vezes violento. O

consumo distinto está reservado aos sujeitos que compram os lugares mais afastados e mais caros do estádio - os camarotes - nos quais podem escolher quem assistirá ao jogo com eles e evita-se o contato com outras pessoas, o que acarreta um caráter distintivo. Portanto, a necessidade que cerceia as possibilidades ou impede as classes mais baixas de assistirem a uma partida de futebol não está presente na realidade das classes abastadas, propiciando uma maior liberdade de escolha.

A oposição mencionada no parágrafo acima tem relação com a estrutura do capital (BOURDIEU, 2007, p. 167), ou seja, as classes mais abastadas possuem meios de apropriação à sua disposição e não são cerceadas pela necessidade, movimento contrário ao que ocorre nas classes menos abastadas. Esta apropriação diversificada dentre as frações dominadas e dominantes são exploradas também em outras manifestações sociais, como por exemplo, a alimentação.

Visto isso, Bourdieu (2007, p. 168-9) define a oposição entre o gosto de luxo e o gosto de necessidade, que já foi previamente esboçado. O primeiro tipo caracteriza sujeitos que possuem uma certa distância da necessidade, já que contam com as condições materiais de existência favoráveis. No outro pólo o sujeito está mais próximo da necessidade, o que possui estreita relação com as condições materiais de existência. Deste modo, o proletariado volta sua alimentação para a reprodução da força de trabalho, com o menor custo possível. Já a burguesia possui uma maior liberdade de escolha, por ser distante da necessidade.

O gosto da necessidade gera um estilo de vida que é definido de forma negativa, por estar muito próximo da privação (*ibid.*, p. 170) e que está profundamente enraizado nos sujeitos. A visão dos outros agentes acerca desses indivíduos é de pessoas que não sabem viver, ou seja, não aproveitam as possibilidades de outros estilos de vida, por sua estreita relação com a privação. Outras classes podem conceber este grupo como pessoas que se contentam com pouco, o vulgar e o grosseiro e por optar por estes aspectos, tem o que merecem.

As práticas esportivas também possuem sinais distintivos que diferenciam as classes. Neste processo, o *habitus* possui grande parte da

caracterização de uma prática a uma determinada classe. No entanto devemos levar em consideração que um determinado Esporte não tenha a mesma significação para duas classes distintas, ou que estas efetuem a mesma prática (*ibid.*, p. 198). O autor exemplifica algumas destas visões e significações divergentes de certas práticas no que concerne aos efeitos visados na aparência, como a magreza, a musculatura saliente, na saúde, nas relações sociais estabelecidas durante a prática, vantagens econômicas e sociais garantidas por certas práticas. Assim, pela falta de homogeneidade social dos indivíduos praticantes, salvo exceções, os grupos definidos por realizarem uma determinada prática funcionam como campos, nos quais a definição da prática legítima está em disputa. Deste modo, quando uma prática torna-se disponível para todas as classes, ocorre a coincidência de grupos diversos que praticam o Esporte de forma diversa uns dos outros. Estas diversidades podem ser percebidas no vestuário destinado à prática, no local e no próprio Esporte (técnica, proximidade de oponente, grau de exigência física) (BOURDIEU, 2007, p. 200).

Outra diferença bastante marcante é o uso do corpo em determinadas práticas esportivas para as diversas classes. As de extratos mais baixos, por possuírem uma relação instrumental com o corpo, preferem Esportes que levem à utilização deste, como por exemplo as lutas, mesmo que esta prática leve ao sofrimento (*ibid.*, p. 200). Já os extratos mais altos da sociedade, que priorizam o distanciamento físico e simbólico, além de não possuírem a mesma relação instrumental com seus corpos, preferem esportes com menos contato físico, geralmente colocando objetos entre os jogadores para conservar tal distância, como por exemplo, tacos, bolas, redes, etc.

Conforme subimos na hierarquia social, podemos pensar que existe uma maior disposição de tempo livre e energia, propiciando uma possibilidade maior de realização de esportes. Assim, como afirmamos anteriormente, as práticas coletivas que impõem certo distanciamento e as práticas individuais seriam as opções escolhidas. No entanto, vale lembrar, o futebol e o boxe já foram estritamente das elites e eram reflexos de seu *habitus*. Porém, eles se vulgarizaram, deixando de possuir a significação atribuída pelos aristocratas passando a refletir o *habitus* das classes mais baixas (*ibid.*, p. 203).

O fair play, marca distintiva e sinal do *habitus* da aristocracia, era concebido como a maneira de jogar sem se deixar levar pelas emoções, o que demonstra um autodomínio dos participantes. Esta característica contribuía para uma distinção e distanciamento em um período que somente a prática em si não era sinal distintivo suficiente (*ibid.*, p. 204). Portanto, abandonar-se às emoções do jogo, descontrolar-se, gritar, xingar, seriam atitudes vulgares e, portanto, dos extratos mais baixos, antagonista em relação à prática dos extratos mais altos.

Os aspectos apreciados pelo gosto dominante como o golfe, tênis, iatismo, equitação, esqui e esgrima são os seguintes: as práticas são realizadas em espaços reservados, marcando o distanciamento em relação aos demais, em um horário determinado pelo participante e com as pessoas que ele escolher, além de outros traços que não condizem com as práticas desportivas coletivas, como os ritmos e esforços impostos. Os esportes citados são marcados pelo esforço corporal relativamente reduzido, contato corporal limitado ou nulo, além de exigirem um investimento de tempo e dinheiro em aprendizagem e prática. Assim, é possível conceber que o Esporte passa a fazer parte de uma troca social altamente controlada, excluindo a violência, os usos anômicos do corpo e qualquer forma de contato direto entre os participantes (BOURDIEU, 2007, p. 204)

O fator econômico, já que os esportes citados possuem um alto custo em materiais e local da prática, além de dependerem de uma aprendizagem específica, não é suficiente para explicar as diversas apropriações dentre as classes, pois são os que possuem um capital cultural herdado, a atitude e as formas de sociabilidade, que interdita esses esportes às classes populares as quais não possuem o *habitus* da classe dominante (*ibid.*, p. 205).

Como vimos no livro *A Distinção*, Bourdieu (2007, p. 208-9) reforça que o sistema de preferências nas práticas esportivas tem muita influência dos usos do corpo, o que está vinculado a uma posição social, ou seja, são as manifestações do espaço social nos gostos das classes. As práticas mais distintas são as que possuem uma relação distanciada do adversário, são as mais estetizadas, a violência é eufemizada, além das formas e formalidades sobrepujarem a força e a função. O autor exemplifica:

A distância social se retraduz muito bem na lógica do esporte: o golfe instaura a distância por toda a parte, no que se refere aos não-

praticantes, pelo espaço reservado, harmoniosamente ordenado, onde se desenrola a prática esportiva, no que se refere aos adversários, pela própria lógica do confronto, que exclui todo o contato direto, ainda que pela intermediação de uma bola (*ibid.*, p. 209).

No entanto não é possível de fazer uma conexão direta entre um esporte e uma determinada classe social. Esta correspondência se estabelece entre o espaço das práticas esportivas e o espaço das posições sociais. Nesta relação é possível perceber que estes espaços definem as características de cada prática esportiva e as mudanças que ocorrem nestas últimas está intimamente ligada com o desejo de distanciamento entre as posições sociais (*ibid.*, p. 209). Este desejo de distanciamento pôde ser percebido na época em que o tênis se popularizava no Brasil, devido ao sucesso do atleta Gustavo Kuerten. A prática esportiva bastante difundida entre os extratos sociais mais abastados foi adaptada pelos extratos mais baixos, o que diminuiu o distanciamento entre tais classes. No entanto as classes mais altas deixaram a prática do tênis e migraram para outro esporte com características bastante distintivas: o golfe. Hoje não se percebe mais a prática do tênis como antes, dentre os extratos mais baixos, o que pode ser atribuído a uma incompatibilidade com o *habitus* deste grupo. Todavia é importante ressaltar que não concebemos o tênis das classes dominantes, com todo seu aparato material e técnico, como a mesma prática apropriada pelas classes dominadas. Os sujeitos possuem maneiras diversas de se apropriar da prática devido às condições diversas em que estão inseridos. E assim como a apropriação da classe dominada modificou a prática do tênis, o sentido dominante sobre ele também se modificou e tal movimento não pode ser explicado somente pela procura da distinção (*ibid.*, p. 216).

Assim percebemos que o Esporte não é um sistema fechado em si mesmo, mas sim está inserido num universo de práticas e consumos, no qual outras forças, que vão além da esfera esportiva, agem sobre o fenômeno (BOURDIEU, 1990, p. 210). Portanto não é possível dissociar o estudo do consumo esportivo do estudo do consumo alimentar e de lazer, pois estes elementos estão dentro de uma lógica de oferta e demanda e influenciam-se mutuamente. Nas palavras do autor:

Eu sempre digo que as estruturas não são outra coisa senão o produto objetivado das lutas históricas tal como se pode apreendê-lo num dado momento do tempo. E o universo das práticas esportivas que a pesquisa estatística fotografa em certo momento não é senão a resultante da relação entre uma oferta, produzida por toda a história anterior, isto é, um conjunto de “modelos”, de práticas (regras, equipamentos, instituições especializadas), e uma procura, inscrita em disposições. A própria oferta tal como se apresenta em um dado momento, sob a forma de um conjunto de esportes passíveis de serem praticados (ou vistos), já é produto de uma longa série de relações entre modelos de práticas e disposições para a prática (*ibid.*, p. 213).

Novamente percebemos que as disputas que ocorrem nos demais campos sociais se transcrevem no Esporte, das quais ressaltamos a distinção. Também percebemos aqui a situação, relatada no texto de *A Distinção*, de um cenário posto, com suas ofertas e demandas, nas quais o *habitus* influencia, onde um recém chegado tem a possibilidade de escolher a prática que mais lhe convém. Vale lembrar que as práticas também teriam significados diversos e até mesmo seriam em si práticas diversas dependendo de quem as apreende. Tal efeito de apropriação social proporciona que cada uma das “realidades” ofertadas em cada esporte seja influenciada por um conjunto de propriedades que não fazem parte de seu aparato puramente técnico, que orientam as práticas e as escolhas dos agentes, o que leva a estabelecer uma ligação entre uma classe e um esporte (*ibid.*, p. 213).

Bourdieu (1990, p. 214) também evidencia que a distribuição das práticas esportivas resulta da relação entre dois espaços homólogos: um espaço das práticas possíveis – a oferta – e um espaço das disposições a serem praticadas – a procura. No primeiro espaço estão localizados os esportes, caracterizados por suas propriedades intrínsecas e técnicas, que colocam as possibilidades e impossibilidades de certas disposições corporais, além das propriedades relacionais e estruturais, influenciada pelo espaço social. No segundo espaço estão as disposições esportivas, influenciadas pelo *habitus*, que são influenciadas pelo estado atual da oferta, que por sua vez contribui para a geração de uma necessidade, já que apresenta uma possibilidade de realização.

Considerações Finais

Esperamos com este ensaio ter ressaltado o caráter multifacetado do Esporte, o que não nos

permite reduzi-lo a uma única definição. Apresentamos aqui como o aspecto civilizacional, que influenciou tantos outros círculos da sociedade, modificou o Esporte, fato possível pela profunda ligação deste fenômeno com os demais espaços sociais. Também explicitamos as principais características deste fenômeno moderno, que o diferencia de formas pregressas de jogos. Estas definições nos auxiliaram a delinear o que é o Esporte, sem, no entanto, enclausurá-lo nas mesmas. O caráter distintivo do fenômeno citado foi abordado, ressaltando como as diversas esferas sociais estão em contato e se influenciam mutuamente.

Entretanto, fica a seguinte problematização: em que essas leituras podem contribuir na nossa atuação profissional? Como e onde temos atuado com o Esporte? Ou ainda: que tipo de formação tem sido desenvolvida para o profissional de Educação Física no que diz respeito a possíveis apropriações teóricas do fenômeno esportivo e interlocuções sociais?

Independentemente das grades curriculares consultadas, ou das “filosofias”/perfil dos cursos, enquanto não tivermos a efetiva dimensão relacional, de complexidade e de multidisciplinaridade para o estudo do Esporte, estaremos fadados a associar nossa formação e intervenção à espaços e manifestações singulares no contexto e no tecido social.

Dito de outra forma, não poderemos exigir qualificação na intervenção ou na interlocução profissional dos nossos agentes/atores sociais do Esporte, pois eles estarão subjulgados, em última instância, a um processo de formação reducionista, reprodutivista e carente de criticidade e criatividade.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- ELIAS, Norbert. DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- GUTTMANN, Allen. **From Ritual to Record: the nature of modern sports**. New York: Columbia University Press, 1978.
- PILATTI, Luiz. Guttman e o tipo ideal do esporte moderno. In: PRONI, Marcelo. LUCENA, Ricardo.

Esporte, História e Sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002.

GRADE curricular dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Disponível em <www.edf.ufpr.br> Acesso em 3 set. 2008.

GRADE curricular dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em <www.pucpr.br> Acesso em 3 set. 2008.

Esse artigo foi apresentado no IV Seminário de Estudos e Pesquisas em Formação Profissional no Campo da Educação Física- NEPEF, realizado na UNESP/Bauru de 20 a 23 de novembro de 2008.

Endereço:

Departamento de Educação Física/UFPR
Rua Coração de Maria, 92, KM 95, Br 116
Jardim Botânico – Curitiba PR Brasil
80.215-370
e-mail: marchijr@ufpr.br
analeticiaferreira@gmail.com

Recebido em: 30 de setembro de 2008.
Aceito em: 1 de novembro de 2008.



Motriz. Revista de Educação Física. UNESP, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1980-6574 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)